

AVANÇASP



PREFEITURA MUNICIPAL DE
VARGEM GRANDE PAULISTA/SP

CONCURSO PÚBLICO
01/2026

ADVOGADO - SUAS

Leia atentamente as instruções abaixo

1. PROVA E FOLHA DE RESPOSTAS

Além deste Caderno de Questões, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas e prova discursiva, você receberá do fiscal de sala:

- 01 (uma) Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas. Confira se seus dados estão corretos.
- 01 (uma) Folha de Respostas destinada à transcrição do texto definitivo da prova discursiva. Confira se seus dados estão corretos.

2. TEMPO

- 04h30 (quatro horas e trinta minutos) é o tempo disponível para realização da prova, já incluído o tempo para marcação da Folha de Respostas da prova objetiva.
- 02 (duas) horas após o início da prova é possível retirar-se da sala levando o Caderno de Questões.

3. INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm 05 (cinco) alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente **uma** delas está correta.
- Quando for permitido abrir o Caderno de Questões, verifique se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu, se está completo e sem falhas. Caso contrário, informe imediatamente ao fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais nas Folhas de Respostas, especialmente nome, número de inscrição, número do documento de identidade e cargo. Leia atentamente as instruções para preenchimento.

- Marque, nas Folhas de Respostas específicas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu e a transcrição de seu texto.

- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na Folha de Respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o Caderno de Questões.

- Ao se retirar, entregue as Folhas de Respostas preenchidas e assinadas ao fiscal de sala.

SERÁ ELIMINADO do presente certame o candidato que:

- a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
- b) portar ou usar, qualquer tipo de aparelho eletrônico (calculadoras, bips/pagers, câmeras fotográficas, filmadoras, telefones celulares, smartphones, tablets, relógios, walkmans, MP3 players, fones de ouvido, agendas eletrônicas, notebooks, palmtops ou qualquer outro tipo de computador portátil, receptores ou gravadores) seja em sala de prova, sanitários, pátios ou qualquer outra dependência do local de prova;
- c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou as Folhas de Respostas;
- d) se recusar a entregar as Folhas de Respostas, quando terminar o tempo estabelecido;
- e) não assinar a Lista de Presença e/ou as Folhas de Respostas.

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO

Leia o texto a seguir para responder às questões de 01 a 03.

Entre estrelas e engrenagens: o fascínio pela ficção científica

De todas as histórias que já ouvi, a ficção científica é aquela que me faz olhar para o céu à noite com olhos de criança e coração de engenheiro. É uma mistura agri-doce de sonhos e cálculos, onde o impossível se torna plausível e as estrelas deixam de ser apenas pontos brilhantes para se tornarem destinos.

Imagine o futuro como um livro ainda não escrito, e a ficção científica como o rascunho audacioso. Foi assim que ela nos apresentou robôs capazes de sentir, naves que cruzam buracos de minhoca e sociedades que lutam contra a própria criação. De *2001: Uma Odisseia no Espaço* a *Duna*, aprendemos que o futuro não é uma estrada reta, mas um emaranhado de possibilidades.

Mas não se engane. A ficção científica não é sobre previsões. É sobre reflexões. Quando Asimov criou as três leis da robótica, ele não estava apenas escrevendo sobre máquinas; estava nos fazendo pensar sobre ética, humanidade e os limites do controle. Quando Blade Runner perguntou se os replicantes sonham com carneiros elétricos, estava perguntando, na verdade, o que é que nos torna humanos.

Na ficção científica, até mesmo uma caneta Bic – talvez a sua – poderia ser uma peça essencial para salvar a galáxia. É esse poder de transformar o cotidiano em extraordinário que faz o gênero ser tão apaixonante. Ela nos lembra que, em algum canto do universo ou em alguma dobra do tempo, sempre haverá algo novo a descobrir.

Então, da próxima vez que você folhear um livro de ficção científica ou assistir a um filme do gênero, lembre-se: você não está apenas lendo ou assistindo. Você está embarcando em uma viagem que, apesar de fictícia, carrega mais verdades do que aparenta.

No final, talvez o maior mérito da ficção científica seja nos ensinar a ser visionários. A sonhar com universos paralelos enquanto resolvemos as equações do nosso próprio mundo.

E quem sabe, algum dia, essas estrelas que tanto observamos se tornem tão familiares quanto o pão de queijo e o café na nossa mesa.

BOTTER, Rafael. Entre estrelas e engrenagens: o fascínio pela ficção científica. *Revista Conexão Literatura*. Disponível em <https://revistaconexaoliteratura.com.br/cronica-entre-estrelas-e-engrenagens-o-fascinio-pela-ficcao-cientifica-por-rafael-botter/>.

QUESTÃO 01

O autor-narrador do texto “Entre estrelas e engrenagens: o fascínio pela ficção científica” se apresenta em:

- (A) terceira pessoa, mantendo uma interlocução direta com o leitor do texto.
- (B) primeira pessoa, mantendo uma interlocução direta com o leitor do texto.
- (C) primeira pessoa, sem manter uma interlocução direta com o leitor do texto.
- (D) terceira pessoa, sem manter uma interlocução direta com o leitor do texto.
- (E) primeira e terceira pessoas, alternando o foco narrativo ao longo do texto, sem manter uma interlocução direta com o leitor.

QUESTÃO 02

“É uma mistura agri-doce de sonhos e cálculos, onde o impossível se torna **plausível**”

A palavra destacada no trecho acima é antônima de:

- (A) “razoável”.
- (B) “aceitável”.
- (C) “deselegante”.
- (D) “inverossímil”.
- (E) “comestível”.

QUESTÃO 03

“Quando Asimov criou as três leis da robótica, ele não estava **apenas** escrevendo sobre máquinas”

A palavra destacada no trecho acima apresenta especificamente o sentido de:

- (A) adição.
- (B) exceção.
- (C) exclusão.
- (D) inclusão.
- (E) restrição.

QUESTÃO 04

Assinale a alternativa cujos elementos preenchem corretamente as lacunas a seguir, na mesma ordem:

- Entregaremos ____ vocês todos os prêmios destinados ____ quem se destacou no ano.
- Os engenheiros trabalham de sol ____ sol, ____ espera de reconhecimento pelos serviços.
- Não sou adepto ____ questões financeiras desse porte; prefiro me dedicar ____ fazer o bem.

- (A) à – à – a – à – a – a
- (B) a – a – a – à – a – a
- (C) a – a – à – a – a – a
- (D) a – a – a – à – à – à
- (E) à – à – à – a – à – à

QUESTÃO 05

Assinale a alternativa cuja expressão destacada apresenta natureza adjetiva.

- (A) As encomendas chegaram **da China** pouco tempo depois de serem compradas.
- (B) Eles choraram muito **de pena** pela pessoa que perdeu a casa durante o terremoto.
- (C) Estávamos precisando **de madeira** para terminar os móveis de demolição.
- (D) As pessoas dedicadas são tão valorizadas quanto as **de bem**.
- (E) O jogador cabeceou a bola **de lado** para fazer um belo gol.

QUESTÃO 06

Assinale a alternativa cujas formas verbais completam corretamente as lacunas a seguir, na mesma ordem:

- ____ coisas muito mal explicadas naquele relatório.
- Em relação aos voluntários, ____ sido convocados às vésperas do evento.
- É certo que ____ outras oportunidades para eles trabalharem com afinco.
- Ainda ____ de existir pessoas tão boas como você.

- (A) Existiam – haviam – haverá – hão
- (B) Existiam – haviam – haverão – há
- (C) Havia – haviam – existirá – há
- (D) Haviam – havia – existirá – há
- (E) Existia – havia – haverá – hão

QUESTÃO 07

Assinale a alternativa que apresenta um preceito correto da redação oficial para obter clareza textual.

- (A) Utilizar palavras e expressões simples, em seu sentido comum, salvo quando o texto versar sobre assunto técnico, quando se utilizará nomenclatura própria da área.
- (B) Usar frases longas e bem estruturadas, apresentando as orações na ordem inversa e intercalações que expliquem o sentido de cada palavra estranha no texto.
- (C) Usar palavras e expressões em línguas estrangeiras, mesmo que já apresentem traduções consagradas em Língua Portuguesa.
- (D) Empregar a ambiguidade quando possível, explorando a criatividade poética e literária nos atos normativos e expedientes oficiais.
- (E) Utilizar regionalismos ao máximo possível, bem como criar neologismos para proporcionar marcas de autoria subjetiva nos textos.

QUESTÃO 08



BROWNE, Dik. *Hagar o horrível*. Disponível em <<https://www.instagram.com/p/DY8AUL0JrbL/>>.

Na última fala da personagem na tirinha acima, no âmbito dos elementos linguísticos, o que é responsável pela produção do humor?

- (A) A ocorrência de “ir a lugar nenhum” em vez de “ir para lugar nenhum”.
- (B) A ocorrência de “Decidimos” em vez de “Nós decidimos”.
- (C) O emprego pouco usual do verbo “decidir” para a situação de “não ter dinheiro”.
- (D) A ocorrência de “não temos dinheiro” em vez de “não possuímos dinheiro”.
- (E) O emprego pouco usual do verbo “decidir” para a situação de “não ir a lugar nenhum”.

QUESTÃO 09

Assinale a alternativa cuja palavra ou expressão destacada não possui nenhuma função morfossintática, servindo apenas para realçar o sentido de uma parte do enunciado.

- (A) A pior sensação dos longevos é que eles veem várias pessoas partindo desta vida.
- (B) Tenho a impressão de que vocês não gostam mais de mim como antes.
- (C) Quanto ao refugiado, ele é que não pensa em voltar mais para sua terra natal.
- (D) Os monges se atribuíam pesadas tarefas no mosteiro.
- (E) Os castelos medievais costumam ter histórias que assustam qualquer um.

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa cujas palavras preenchem corretamente as lacunas a seguir, na mesma ordem, de acordo com as normas da redação oficial:

- _____, vai a fotocópia autenticada dos documentos pessoais do gestor.
- Envio-lhe _____ a este e-mail as comprovações dos fatos discutidos em reunião.
- Os formulários seguem _____ à planilha solicitada pela gerência local.

- (A) Anexo – anexo – anexo
- (B) Anexa – anexo – anexo
- (C) Anexo – anexa – anexo
- (D) Anexo – anexa – anexos
- (E) Anexa – anexas – anexos

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 11

Considerando o disposto no artigo 208 da Constituição Federal, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma das garantias por meio das quais o dever do Estado com a educação será efetivado.

(A) O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

(B) O atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência será prestado exclusivamente em instituições de ensino especial.

(C) A educação infantil, em creche e pré-escola, será assegurada às crianças de até 6 (seis) anos de idade.

(D) O dever do Estado com a educação compreende a oferta de ensino noturno regular, condicionada à disponibilidade orçamentária do Poder Público.

(E) Os programas suplementares destinados aos educandos da educação básica compreendem material didático-escolar, transporte e alimentação, não abrangendo assistência à saúde.

QUESTÃO 12

Considerando o disposto no artigo 211 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

(A) Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino médio e superior.

(B) Os Municípios atuarão prioritariamente na educação infantil e no ensino médio.

(C) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

(D) A União exercerá, em matéria educacional, exclusivamente função normativa, vedada a prestação de assistência técnica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

(E) A educação básica pública atenderá prioritariamente à educação especial.

QUESTÃO 13

Considerando os percentuais mínimos da receita resultante de impostos que devem ser aplicados anualmente na manutenção e no desenvolvimento do ensino, nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

(A) A União aplicará, no mínimo, 10%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, no mínimo, 15%.

(B) A União aplicará, no mínimo, 12,5%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, no mínimo, 20%.

(C) A União aplicará, no mínimo, 15%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, no mínimo, 25%.

(D) A União aplicará, no mínimo, 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, no mínimo, 25%.

(E) A União aplicará, no mínimo, 20%, os Estados e o Distrito Federal aplicarão, no mínimo, 18% e os Municípios aplicarão, no mínimo, 22%.

QUESTÃO 14

Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa que contempla matéria de competência privativa da União para legislar.

- (A) Comércio interestadual.
- (B) Proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- (C) Proteção e defesa da saúde.
- (D) Proteção e integração social das pessoas com deficiência.
- (E) Proteção à infância e à juventude.

QUESTÃO 15

Considerando o disposto no artigo 187 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva dos produtores e dos trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, armazenamento, industrial internacional e transporte.
- (B) Entre os aspectos a serem considerados no planejamento da política agrícola incluem-se os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia do abastecimento interno.
- (C) Entre os aspectos a serem considerados no planejamento e na execução da política agrícola incluem-se os instrumentos creditícios e fiscais, o incentivo à pesquisa e à tecnologia, o seguro agrícola, as desigualdades socioeconômicas regionais e o cooperativismo.
- (D) As ações de política agrícola e de reforma agrária observarão diretrizes comuns, preservada a autonomia administrativa de cada política pública.
- (E) O planejamento agrícola compreende, dentre outras, as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.

QUESTÃO 16

Considerando o disposto no artigo 31 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A fiscalização do Poder Executivo Municipal será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, na forma da lei.
- (B) O parecer prévio emitido pelo órgão competente sobre as contas anuais do Prefeito somente deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- (C) As contas do Município permanecerão, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, pelo prazo de noventa dias, para exame e apreciação, podendo ser questionada sua legitimidade, na forma da lei.
- (D) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- (E) Os Conselhos de Contas dos Municípios poderão ser instituídos por lei estadual para os Municípios que não disponham de Tribunal de Contas municipal.

QUESTÃO 17

Diante da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) É constitucional a progressividade de alíquotas do IPTU, para fins fiscais, instituída por lei municipal anterior à Emenda Constitucional nº 29/2000.
- (B) É constitucional a lei municipal que impeça a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área, como forma de proteger o comércio local.
- (C) É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais e municipais a índices federais de correção monetária.
- (D) Cabe recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em Município.
- (E) É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

QUESTÃO 18

Considerando o disposto no artigo 3º da Lei Federal nº 9.790/1999, assinale a alternativa que indica corretamente uma das finalidades para a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

- (A) Prestação de serviços de assistência à saúde com finalidade lucrativa, mediante atendimento por planos de saúde ou pagamentos particulares.
- (B) Promoção da assistência social, da segurança pública e da defesa nacional.
- (C) Defesa dos direitos e interesses econômicos, profissionais e sociais de determinada categoria ou grupo.
- (D) Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.
- (E) Defesa da autenticidade do sistema representativo, dos direitos fundamentais e participação no poder político.

QUESTÃO 19

No âmbito da reorganização administrativa de um ente federado para aprimorar a prestação de serviços de assistência social, a Administração decide criar uma Autarquia Municipal para gerir os benefícios socioassistenciais e, simultaneamente, institui departamentos especializados dentro da Secretaria de Assistência Social para a fiscalização direta desses serviços. Considerando o quanto narrado, assinale a alternativa correta:

- (A) A criação dos departamentos especializados dentro da Secretaria configura uma descentralização administrativa.
- (B) A gestão da Autarquia Municipal, uma vez instituída, submete-se a uma relação de subordinação hierárquica e controle irrestrito perante a Secretaria de Assistência Social.
- (C) Por força do princípio do paralelismo das formas, a Autarquia Municipal deve ter a sua instituição autorizada por lei específica, enquanto a sua extinção pode ser realizada por meio de decreto do Chefe do Executivo.
- (D) Os departamentos especializados da Secretaria são órgãos que não possuem personalidade jurídica própria, sendo os seus atos imputados ao Município (ente estatal), conforme a Teoria do Órgão, que fundamenta a relação de imputação orgânica.
- (E) A descentralização por colaboração ocorre quando o Município cria a Autarquia e a ela transfere, por meio de lei específica, a titularidade e a execução do serviço público de assistência social.

QUESTÃO 20

Na seara de uma Secretaria Municipal de Assistência Social, o gestor público, ao realizar uma reestruturação administrativa, decide motivar formalmente os atos de exoneração de diversos servidores ocupantes de cargos em comissão. No texto dos atos, o gestor declara expressamente que a dispensa ocorre porque "todas as vagas serão extintas e não há servidoras gestantes no setor". Dias após a publicação, comprova-se que uma das servidoras exoneradas já se encontrava grávida no momento da dispensa. Considerando o quanto narrado, assinale a alternativa correta:

- (A) O atributo da tipicidade garante a validade do ato, visto que a exoneração de cargo em comissão é uma figura definida previamente pela lei como apta a produzir o resultado de vacância, independentemente dos fatos que a circundam.
- (B) A presunção de veracidade que acompanha os atos da Administração Pública possui natureza absoluta (*iuris et de iure*), o que impede a servidora de questionar judicialmente o conteúdo do ato se este foi editado por autoridade competente.
- (C) Com fundamento na Teoria dos Motivos Determinantes, a validade da exoneração fica vinculada à veracidade dos motivos indicados como seu fundamento, de modo que a falsidade do pressuposto de fato (inexistência de gravidez) acarreta a nulidade do ato.
- (D) A proteção à trabalhadora gestante se aplica apenas aos atos administrativos vinculados, uma vez que a teoria da Constituição Dirigente veda a concessão de direitos sociais a servidoras cujos vínculos sejam regidos por critérios de oportunidade e conveniência.
- (E) O objeto do ato de exoneração corresponde ao resultado de interesse público de redução de gastos na assistência social, ao passo que a sua finalidade é o efeito jurídico imediato de desligamento da servidora.

QUESTÃO 21

Considerando a organização da Administração Pública e a execução de políticas voltadas ao combate à vulnerabilidade social, bem como o regime jurídico dos atos administrativos e o poder de polícia nessas áreas, assinale a alternativa correta:

- (A) A exigência de contrapartida em serviços de manutenção de bens públicos para beneficiários de auxílio financeiro municipal caracteriza provimento de função pública por tempo determinado para suprir demandas burocráticas ordinárias.
- (B) A polícia administrativa, ao fiscalizar a frequência em cursos de qualificação de programas assistenciais, atua de forma repressiva sobre ilícitos penais, regendo-se predominantemente pelo direito processual penal.
- (C) Iniciativas que aliam renda temporária a processos formativos e pedagógicos possuem natureza de assistência social, o que descaracteriza a formação de vínculo de subordinação ou relação estatutária com o ente estatal.
- (D) O atributo da autoexecutoriedade permite que a Administração Pública exclua participantes de programas sociais por descumprimento de metas pedagógicas sem a necessidade de observar o contraditório ou a ampla defesa.
- (E) O exercício do poder de polícia para a aplicação de sanções administrativas em programas de fomento social é passível de delegação a pessoas jurídicas de direito privado em razão da busca pela eficiência administrativa.

QUESTÃO 22

Acerca da declaração de utilidade pública no procedimento de desapropriação, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente poderá ser declarada por decisão judicial, após a instauração do processo de desapropriação.
- (B) Produz a transferência da propriedade do bem ao Poder Público.
- (C) Dispensa o ajuizamento da ação de desapropriação quando não houver acordo entre as partes.
- (D) Impede o proprietário de exercer quaisquer direitos sobre o bem a partir de sua publicação.
- (E) inaugura a fase administrativa do procedimento expropriatório, sem transferir, por si só, a propriedade ou a posse ao Poder Público.

QUESTÃO 23

Relativamente ao controle judicial dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- (A) A anulação de um ato administrativo por motivo de ilegalidade produz efeitos *ex nunc*, preservando-se as situações jurídicas constituídas entre a data da emissão e a data da invalidação.
- (B) O Poder Judiciário possui competência para revogar atos administrativos discricionários sempre que verificar que a opção adotada pelo administrador não é a melhor para o interesse público.
- (C) A revogação de um ato administrativo é obrigatória na hipótese de vício sanável relativo à competência, visando à restauração imediata da legalidade na estrutura administrativa.
- (D) A Teoria dos Motivos Determinantes estabelece que a validade do ato administrativo independe da veracidade dos motivos indicados, caso a autoridade tenha competência legal para a prática do ato.
- (E) O magistrado, ao realizar o controle de legalidade em sentido amplo, pode verificar se a autoridade administrativa ultrapassou os limites da discricionariedade, sem que isso signifique invasão no mérito do ato.

QUESTÃO 24

Considerando a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) A alteração da capitulação legal da conduta do servidor acarreta a nulidade do processo administrativo disciplinar.
- (B) Reconhecido o desvio de função, o servidor faz jus ao reenquadramento na carreira correspondente às funções efetivamente exercidas.
- (C) A autoridade administrativa dispõe de discricionariedade para aplicar penalidade diversa da demissão nas hipóteses de inassiduidade habitual, nos termos da Lei Federal nº 8.112/1990.
- (D) Reconhecido o desvio de função, o servidor faz jus às diferenças remuneratórias decorrentes do exercício de atribuições diversas daquelas inerentes ao cargo.
- (E) A pensão por morte de servidor público federal somente pode ser concedida ao filho inválido menor de 21 anos de idade.

QUESTÃO 25

No que concerne ao perfil funcional da *suppressio* e à aplicação do princípio da confiança nas relações privadas, assinale a alternativa correta:

- (A) O dever de responder pela confiança despertada se manifesta quando o exercício da autodeterminação individual gera em outrem uma expectativa legítima, servindo a *suppressio* como o ponto de confluência entre os valores da segurança jurídica e da justiça.
- (B) A confiança tutelada pelo Direito Privado possui natureza abstrata e universal, operando de forma alheia às situações concretas ou ao comportamento efetivo dos indivíduos no contexto de uma relação jurídica.
- (C) O fundamento da *suppressio* reside no princípio constitucional da solidariedade, disposto no artigo 3º, I, da Constituição Federal, o qual possui densidade normativa autônoma e autoriza o intérprete a afastar a disciplina infraconstitucional para tutelar a lealdade entre as partes.
- (D) A segurança jurídica, como fundamento comum à prescrição, à decadência e à *suppressio*, aproxima esses institutos também quanto aos seus efeitos, razão pela qual o reconhecimento da *suppressio* implica a perda definitiva *pro futuro* da possibilidade de exercício da posição jurídica incompatível com a confiança legítima e especificamente formada.
- (E) A proibição do comportamento contraditório impõe ao sujeito o dever de manter a coerência de sua conduta anterior, de modo que a alteração de posição jurídica, ainda que antes da formação de confiança específica pela contraparte, caracteriza violação à boa-fé objetiva.

QUESTÃO 26

Considerando as regras do Código Civil de 2002 sobre acessões artificiais e os critérios para a resolução de conflitos em construções que invadem solo alheio, assinale a alternativa correta:

- (A) Se a construção feita em solo próprio invadir solo alheio em proporção superior à vigésima parte deste, o construtor de boa-fé adquire a propriedade da parte invadida automaticamente, independentemente de indenização ou valor da obra.
- (B) O construtor de má-fé que invade solo alheio em proporção não superior à vigésima parte deste pode adquirir a propriedade da área invadida se a demolição for impossível sem grave prejuízo à obra, desde que pague o décuplo das perdas e danos previstos em lei.
- (C) Na hipótese de invasão superior à vigésima parte do solo alheio por construtor de má-fé, a legislação prioriza a manutenção da função social da posse, vedando a demolição e convertendo a obrigação em indenização pelo valor da área perdida.
- (D) O proprietário do solo sempre adquire as construções feitas em seu terreno por terceiros, independentemente da boa-fé de quem edificou.
- (E) Se a construção ou plantação exceder consideravelmente o valor do terreno, aquele que, agindo de má-fé, edificou em solo alheio, adquirirá a propriedade do solo mediante o pagamento de indenização fixada judicialmente.

QUESTÃO 27

Sobre a correlação entre a prescrição e a configuração da obrigação natural, de acordo com o regime jurídico do Código Civil, assinale a alternativa correta:

- (A) A prescrição extingue o direito e a obrigação latente, tornando o pagamento posterior um ato juridicamente inexistente e passível de restituição.
- (B) O cumprimento de dívida prescrita é considerado pagamento devido por decorrer de um dever jurídico, o que impede o exercício da pretensão de ressarcimento por parte de quem pagou.
- (C) A decadência, de forma idêntica à prescrição, preserva o direito e a obrigação no mundo jurídico, gerando uma obrigação natural quando ultrapassado o prazo legal.
- (D) O instituto da obrigação natural impede que o crédito nela fundado seja objeto de outros institutos civis, tais como a novação, a compensação ou a confusão.
- (E) O pagamento de alimentos por um tio a um sobrinho, por não haver imposição legal de parentesco nesse grau colateral, constitui, tecnicamente, uma obrigação natural passível de retenção.

QUESTÃO 28

No que tange à aplicação do regime de responsabilidade civil do Código Civil, assinale a alternativa correta:

- (A) O titular de um direito que, ao implementar ações assistenciais, excede manifestamente os limites impostos pelo fim social do direito ou pela boa-fé comete ato ilícito, ainda que a finalidade primária seja a proteção de grupos vulneráveis.
- (B) A responsabilidade das entidades privadas da rede socioassistencial pelos danos causados por seus empregados no exercício do trabalho é subjetiva, dependendo da comprovação de culpa da instituição.
- (C) No caso de lesão ou ofensa à saúde de usuário ocorrida em unidade de acolhimento, a indenização se restringe ao pagamento das despesas do tratamento, sendo vedada a cumulação com lucros cessantes.
- (D) O direito de exigir reparação por danos sofridos em programas de proteção social básica e a obrigação de prestá-la são personalíssimos e intransmissíveis, extinguindo-se com o falecimento do beneficiário ou do responsável.
- (E) Se a ofensa ao direito de um usuário do *Suas* tiver mais de um autor, a responsabilidade pela reparação será fracionada proporcionalmente à capacidade econômica de cada um, vedada a imposição de solidariedade.

QUESTÃO 29

Em um Mandado de Segurança impetrado por uma entidade religiosa que busca o reconhecimento de sua natureza assistencial para fins de imunidade tributária (II e IPI-Importação), a tramitação processual deve observar as seguintes regras relativas à atuação dos sujeitos processuais:

- (A) A presença da União no polo passivo da demanda gera a obrigatoriedade de intervenção do Ministério Público na condição de fiscal da ordem jurídica.
- (B) O Ministério Público possui a prerrogativa de ter vista dos autos imediatamente após o protocolo da petição inicial, manifestando-se antes de qualquer manifestação das partes.
- (C) A Advocacia Pública detém a incumbência de defender os interesses da União e das autarquias, gozando do benefício do prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, com início a partir da intimação pessoal.
- (D) O membro do Ministério Público responde de forma objetiva por erro técnico cometido em seu parecer, sendo desnecessária a comprovação de dolo para a sua responsabilização civil.
- (E) O prazo de 30 dias para a intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica é impróprio, não podendo o magistrado dar andamento ao feito sem a juntada do respectivo parecer.

QUESTÃO 30

No curso de uma demanda judicial em que se discute a imunidade tributária de uma instituição assistencial sem fins lucrativos sobre a importação de bens essenciais, a autora requer a concessão de tutela da evidência, fundamentando o pedido na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral. Sobre a viabilidade da medida e a atuação dos órgãos públicos, assinale a opção correta:

- (A) O magistrado possui autorização legal para decidir o pedido de tutela da evidência liminarmente quando a pretensão autoral estiver amparada em prova documental suficiente e em tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal em julgamento de casos repetitivos.
- (B) A contagem do prazo em dobro para a Advocacia Pública e para o Ministério Público é interrompida durante o período em que o processo permanecer com carga para o magistrado para a apreciação da tutela de urgência.
- (C) A intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica é obrigatória em todas as demandas que discutam imunidade tributária de entidades religiosas, em razão do manifesto interesse público no controle da arrecadação da Fazenda Pública.
- (D) O aditamento da causa de pedir e a confirmação do pedido de tutela final em procedimentos de tutela cautelar antecedente dependem do recolhimento de novas custas processuais por parte da entidade assistencial.
- (E) A cessação da eficácia da tutela de urgência concedida em caráter antecedente impede que a entidade religiosa renove o pedido de reconhecimento de imunidade tributária no mesmo processo, ainda que sob novo fundamento jurídico.

QUESTÃO 31

À luz das disposições gerais dos recursos no CPC, assinale a alternativa correta:

- (A) A insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de 10 (dez) dias.
- (B) Certificado o trânsito em julgado, com menção expressa da data de sua ocorrência, o escrivão ou o chefe de secretaria, independentemente de despacho, providenciará a baixa dos autos ao juízo de origem, no prazo de 3 (três) dias.
- (C) Para aferição da tempestividade do recurso remetido pelo correio, será considerada como data de interposição o dia seguinte da data de postagem.
- (D) O equívoco no preenchimento da guia de custas não implicará a aplicação da pena de deserção, cabendo ao relator, na hipótese de dúvida quanto ao recolhimento, intimar o recorrente para sanar o vício no prazo de 5 (cinco) dias.
- (E) O recorrente que não comprovar, no ato de interposição do recurso, o recolhimento do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, será intimado para realizar o recolhimento no prazo de 5 (cinco dias), sob pena de deserção e pagamento em dobro.

QUESTÃO 32

A sociedade empresária Alfa Ltda. pretende avaliar a possibilidade de ajuizar ação indenizatória contra uma empresa pública federal, em razão de supostos defeitos estruturais em imóvel utilizado para a execução de contrato administrativo.

Antes do ajuizamento da demanda principal, a Alfa Ltda. requer a produção antecipada de prova pericial, alegando que o prévio conhecimento das causas e da extensão dos danos poderá justificar o ajuizamento da ação, permitir a celebração de acordo ou até mesmo demonstrar a inexistência de responsabilidade da futura demandada.

A perícia deverá ser realizada em município no qual não existe vara federal. A empresa pública federal possui sede em outra unidade da Federação. Além disso, a Alfa Ltda. requer o arrolamento dos equipamentos existentes no imóvel, exclusivamente para documentar seu estado de conservação, sem pretender sua apreensão ou indisponibilidade.

Após a realização da prova, a sociedade pretende ajuizar eventual ação indenizatória no foro contratualmente eleito pelas partes, distinto daquele em que foi processada a produção antecipada da prova.

A luz do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

(A) A produção antecipada da prova somente poderá ser deferida se a Alfa Ltda. demonstrar fundado receio de que a perícia se torne impossível ou muito difícil no curso da futura ação, sendo insuficiente a finalidade de avaliar a conveniência do ajuizamento da demanda ou de viabilizar acordo.

(B) A produção antecipada da prova poderá ser processada perante o juízo estadual da localidade em que a perícia deva ser realizada, ainda que se trate de empresa pública federal interessada na ação, diante da inexistência de vara federal, e o seu processamento não impedirá que a futura ação seja proposta perante outro juízo competente.

(C) O arrolamento dos equipamentos não poderá ser realizado no procedimento de produção antecipada da prova, pois o arrolamento de bens possui necessariamente natureza constritiva e pressupõe a adoção de medidas de apreensão.

(D) Por envolver empresa pública federal, a produção antecipada da prova deverá necessariamente ser processada perante a Justiça Federal, ainda que não exista vara federal na localidade em que a perícia deva ser realizada.

(E) O juízo que processar a produção antecipada da prova ficará prevento para julgar a futura ação indenizatória, ainda que a prova tenha sido requerida apenas para verificar a viabilidade do litígio ou facilitar a autocomposição.

QUESTÃO 33

À luz da Lei Federal n. 11.445/2010 e de seu Decreto Federal nº 7.217/2010, as atividades administrativas de regulação, inclusive organização, e de fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser executadas pelo titular:

(A) Mediante delegação, por meio de convênio de cooperação, a órgão ou entidade de outro ente da Federação ou a consórcio público do qual não participe, instituído para gestão associada de serviços públicos.

(B) Indiretamente, mediante entidade de sua administração indireta.

(C) Diretamente, sendo vedado fazê-lo por meio de consórcio público.

(D) Mediante delegação, sendo vedado fazê-lo por meio de consórcio público do qual não participe.

(E) Mediante centralização, por meio de convênio de cooperação.

QUESTÃO 34

As ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente. À luz da Lei Federal n. 8.080/1990, assinale a alternativa correta:

- (A) A direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, sendo exercida no âmbito dos Estados pelo Ministério da Saúde.
- (B) No nível estadual, o Sistema Único de Saúde (SUS) poderá se organizar em distritos de forma a integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura total das ações de saúde.
- (C) As comissões intersetoriais terão a finalidade de articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva exclusivamente áreas compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- (D) Aplica-se aos consórcios administrativos interestaduais o princípio da direção única, e os respectivos atos constitutivos disporão sobre sua observância.
- (E) Serão criadas comissões intersetoriais de âmbito nacional, subordinadas ao Conselho Nacional de Saúde, integradas pelos Ministérios e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil.

QUESTÃO 35

Analise as assertivas a seguir, considerando a Lei Federal n. 11.340/2006:

- I. Nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher, a ofendida decai do direito de queixa ou de representação se não o exerce no prazo de 6 (seis) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime.
- II. O nome da ofendida e o nome do autor do fato ficarão sob sigilo nos processos em que se apuram crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- III. A audiência, especialmente designada nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida, para renúncia à representação perante o juiz, tem por objetivo confirmar a retratação da vítima, não a representação, e somente será designada pelo juiz mediante manifestação expressa de seu desejo de se retratar, apresentada por escrito ou oralmente antes do recebimento da denúncia, devendo a retratação ser devidamente registrada nos autos.

Assinale a alternativa que contenha a(s) assertiva(s) correta(s):

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) Somente a III.
- (E) Somente a II.

QUESTÃO 36

Considerando a Lei Federal n. 7.347/1985, que disciplina a Ação Civil Pública, assinale a correta:

- (A) Poderá o juiz conceder mandado liminar, somente com justificação prévia.
- (B) A requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, poderá o Presidente do Tribunal a que competir o conhecimento do respectivo recurso suspender a execução da liminar, em decisão fundamentada, da qual caberá agravo para uma das turmas julgadoras, no prazo de 10 (dez) dias a partir da publicação do ato.
- (C) A multa cominada liminarmente será devida após o trânsito em julgado da decisão favorável ao autor.
- (D) A decisão que conceder mandado liminar está sujeita à apelação.
- (E) A multa cominada liminarmente só será exigível do réu após o trânsito em julgado da decisão favorável ao autor, mas será devida desde o dia em que se houver configurado o descumprimento.

QUESTÃO 37

Considerando a Organização da Educação Nacional, à luz da Lei Federal n. 9.394/1996, assinale a alternativa correta:

- (A) Os Municípios incumbir-se-ão de assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem.
- (B) A União incumbir-se-á de assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino.
- (C) Os Estados incumbir-se-ão de coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação.
- (D) A União incumbir-se-á de definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público.
- (E) Os Estados incumbir-se-ão de exercer ação redistributiva em relação às suas escolas.

QUESTÃO 38

Durante uma discussão ocorrida em um evento privado, Renato praticou contra Helena determinado crime cuja lei prevê ação penal pública condicionada à representação da vítima. Helena, plenamente capaz, manifestou expressamente seu interesse na responsabilização criminal de Renato, apresentando representação válida perante a autoridade policial.

Concluído o inquérito, os autos foram encaminhados ao Ministério Público. Apesar de presentes elementos suficientes de autoria e materialidade, o promotor de Justiça permaneceu inerte e não ofereceu denúncia dentro do prazo legal, tampouco requereu novas diligências ou promoveu o arquivamento.

Antes que Helena adotasse qualquer providência judicial, ela faleceu em um acidente. Helena era divorciada, não possuía filhos nem irmãos vivos, mas sua mãe, Laura, ainda era viva. Diante da inércia ministerial, Laura procurou um advogado para saber se poderia promover a responsabilização criminal de Renato.

Considerando exclusivamente as regras do Código Penal, assinale a alternativa correta:

- (A) Laura não poderá ajuizar qualquer medida, pois a morte de Helena extinguiu a representação anteriormente apresentada, sendo indispensável nova manifestação de vontade da vítima, o que se tornou impossível.
- (B) Laura poderá oferecer denúncia diretamente, em substituição ao Ministério Público, pois a qualidade de ascendente lhe transfere a titularidade da ação penal pública.
- (C) Laura poderá oferecer queixa-crime subsidiária da pública, em razão da inércia do Ministério Público no prazo legal, pois o direito de oferecer queixa ou de prosseguir na ação passa, com a morte do ofendido, ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- (D) Laura somente poderia prosseguir em ação penal privada que já tivesse sido iniciada por Helena, não lhe sendo permitido oferecer queixa-crime após a morte da vítima.
- (E) Laura não poderá oferecer queixa-crime, pois essa modalidade de ação somente é admitida nos crimes originalmente definidos pela lei como de ação penal privada.

QUESTÃO 39

Analise as assertivas a seguir, à luz da Lei Federal n. 9.613/1998 e das alterações previstas na Lei Federal n. 12.683/2012 acerca dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

I. A denúncia será instruída com indícios suficientes da existência da infração penal antecedente, sendo puníveis os fatos previstos nesta Lei, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor, ou extinta a punibilidade da infração penal antecedente.

II. O processo e julgamento dos crimes previstos nesta Lei independem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes, exceto quando praticados em outro país.

III. O processo e julgamento dos crimes previstos nesta Lei são da competência da Justiça Federal quando praticados contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira, ou em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.

Assinale a alternativa que contenha a(s) assertiva(s) correta(s):

(A) I, II e III.

(B) I e III, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) Somente a III.

(E) Somente a II.

QUESTÃO 40

Marcelo, servidor público efetivo de um município, exercia funções no setor de tecnologia da informação e possuía acesso legítimo ao sistema informatizado utilizado para o lançamento de multas administrativas.

Inconformado com uma determinação de sua chefia, Marcelo, sem autorização ou solicitação da autoridade competente, alterou parte do programa de informática utilizado pelo órgão, modificando a forma de cálculo das multas. Sua intenção era apenas demonstrar que possuía domínio técnico sobre o sistema, sem buscar vantagem econômica para si ou para terceiros.

A alteração foi identificada poucas horas depois e corrigida pela equipe técnica. Entretanto, antes da correção, o sistema emitiu duas multas em valores superiores aos efetivamente devidos. Um dos administrados chegou a efetuar o pagamento indevido, sendo posteriormente ressarcido pelo município.

Considerando os crimes contra a Administração Pública previstos no Código Penal, assinale a alternativa correta:

(A) Marcelo praticou o crime previsto no art. 313-B do Código Penal, consumado com a modificação não autorizada do programa de informática, incidindo a causa de aumento de pena em razão do dano causado ao administrado ou à Administração Pública.

(B) Marcelo não praticou crime, pois a configuração do delito exige a finalidade específica de obter vantagem econômica para si ou para terceiro.

(C) Marcelo praticou apenas tentativa, pois a alteração foi rapidamente identificada e o funcionamento regular do sistema foi restabelecido pela Administração Pública.

(D) Marcelo praticou o crime previsto no art. 313-A do Código Penal, pois todo comportamento de servidor público que interfere em sistema informatizado da Administração configura inserção de dados falsos em sistema de informações.

(E) Marcelo praticou o crime previsto no art. 313-B do Código Penal em sua forma simples, pois o posterior ressarcimento do administrado afasta a causa de aumento de pena prevista no parágrafo único.

QUESTÃO 41

A Lei Federal n. 8.742/1993 classifica as entidades e organizações de assistência social dentre aquelas que, isolada ou cumulativamente, são de atendimento, são de assessoramento ou são de defesa e garantia de direitos dos beneficiários desta lei.

Considerando as características de tais organizações e os critérios classificatórios da lei, analise as seguintes assertivas:

“I. São de atendimento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social.

II. São de assessoramento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal.

III. São de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados, dentre outros fins, para a promoção da cidadania e enfrentamento das desigualdades sociais.

IV. As entidades e organizações de assistência social são, nos termos desta lei, necessariamente, sem fins lucrativos.”

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

QUESTÃO 42

O serviço social do Município de Beta constatou que os vínculos familiares da família Silva precisam ser reconstruídos, estando seus membros sujeitos a situações de violação de direitos.

Nesse contexto, é CORRETO afirmar:

- (A) Trata-se de hipótese relacionada à proteção social básica e aos serviços ofertados pelo CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.
- (B) Trata-se de hipótese relacionada à proteção social básica e aos serviços ofertados pelo CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.
- (C) Trata-se de hipótese relacionada à proteção social básica e aos serviços ofertados pelas entidades e organizações de assistência social.
- (D) Trata-se de hipótese relacionada à proteção social especial e aos serviços ofertados pelo CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.
- (E) Trata-se de hipótese relacionada à proteção social especial e aos serviços ofertados pelo CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

QUESTÃO 43

Considerando o regime da Lei Federal n. 8.742/1993 quanto à distribuição de competências entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, é competência do Município o que se afirma em:

- (A) prestar serviços socioassistenciais relacionados a programas de amparo às pessoas que vivem em situação de rua.
- (B) destinar recursos financeiros a título de participação no custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 22.
- (C) estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios na prestação de serviços de assistência social.
- (D) propor normas gerais em matéria de assistência social.
- (E) responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada.

QUESTÃO 44

Considerando o regime do benefício de prestação continuada previsto na Lei Federal n. 8.742/1993, está CORRETO o que se afirma em:

- (A) O cálculo da renda familiar considerará a soma dos rendimentos auferidos mensalmente pelos membros da família que vivam sob o mesmo teto, inclusive benefícios recebidos por outro idoso ou pessoa com deficiência da mesma família, nos termos estabelecidos em regulamento da autoridade competente, vedadas deduções não previstas em lei.
- (B) Observados os demais critérios de elegibilidade definidos nesta Lei, terão direito ao benefício financeiro a pessoa com deficiência ou a pessoa idosa com renda familiar mensal per capita igual ou inferior a 1/2 (meio) salário-mínimo.
- (C) Para os efeitos de comprovação de impossibilidade de própria manutenção do Requerente ou de tê-la provida por sua família, esta é considerada como a composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.
- (D) O benefício não pode ser concedido ao idoso ou pessoa com deficiência acolhido em instituições de longa permanência.
- (E) O benefício de que trata este artigo pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social, desde que não tenha o mesmo motivo.

QUESTÃO 45

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal n. 8.069/1990, prevê, expressamente, que, em casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente, deve haver comunicação obrigatória a determinado órgão estatal.

Trata-se do(a):

- (A) Delegacia de Polícia.
- (B) Ministério Público.
- (C) Conselho da Criança e do Adolescente.
- (D) Conselho Tutelar.
- (E) Secretaria Municipal de Assistência Social.

QUESTÃO 46

A Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS) prevê instâncias que têm por atribuições a avaliação da política de assistência social e a definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, ocorrendo no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Acerca destas instâncias, está CORRETO o que se afirma em:

- (A) Trata-se das conferências de assistência social, as quais podem ser convocadas pelos órgãos gestores de assistência social.
- (B) Trata-se das conferências de assistência social, as quais podem ser convocadas pelos conselhos de assistência social.
- (C) Trata-se dos conselhos de assistência social, criados por lei.
- (D) Trata-se dos conselhos de assistência social, criados, em âmbito Municipal, por ato do Chefe do Poder que deve garantir a escolha democrática da representação da sociedade civil, permitindo uma única recondução por igual período.
- (E) Trata-se dos órgãos gestores da política de Assistência Social, também responsáveis por implementar e operacionalizar a oferta da proteção social básica e especial no âmbito do SUAS na sua esfera de governo.

QUESTÃO 47

Acerca do regime de direitos das crianças e adolescentes previsto na Lei Federal n. 8.069/1990, analise as seguintes assertivas:

“I - A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 12 (doze meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

II - Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial.

III - Será garantida a convivência integral da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional.

IV - A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada ao CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.”

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas,
- (E) III e IV, apenas.

QUESTÃO 48

No âmbito do serviço de assistência social do Município de Alfa, constata-se a pertinência de inclusão de determinada criança em programa de apadrinhamento.

Considerando o regime deste programa previsto na Lei Federal n. 8.069/1990, está CORRETO o que se afirma em:

- (A) O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente acolhimento institucional para fins de convivência comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.
- (B) Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 (dezoito) anos, desde que inscritas nos cadastros de adoção e cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte.
- (C) Pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento.
- (D) O perfil da criança ou do adolescente a ser apadrinhado será definido no âmbito de cada programa de apadrinhamento, com prioridade para crianças ou adolescentes com possibilidade avançada de reinserção familiar ou colocação em família adotiva, visando ao estabelecimento inicial ou à reconstrução de vínculos familiares, afetivos e sociais.
- (E) Os programas ou serviços de apadrinhamento que sejam apoiados pela Justiça da Infância e da Juventude deverão ser executados por órgãos públicos.

QUESTÃO 49

Tício é idoso, não tem condições de prover o seu sustento e está em situação de violação de seus direitos. Seu vizinho, ciente de que os filhos de Tício têm condições financeiras de alimentá-lo, embora não o façam, conduz Tício ao órgão responsável do sistema de Assistência Social no Município.

Visando à orientação a Tício e à luz do regime dos Direitos Fundamentais do idoso constante na Lei Federal n. 10.741/2003, está CORRETO o que se afirma em:

- (A) As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.
- (B) A obrigação alimentar é divisível e Tício deve exigi-la, simultaneamente, de todos os descendentes em mesmo grau.
- (C) Independentemente de prova pré-constituída acerca da impossibilidade de custeio de alimentos por Tício e seus parentes, impõe-se o trânsito em julgado de ação de alimentos em face dos parentes de Tício, com constatação judicial destes não possuírem condições econômicas de prover o sustento do idoso, para que esse provimento seja devido pelo poder público no âmbito da assistência social.
- (D) Nesse contexto, o vizinho de Tício pode ser demandado por custeio de alimentos civis, ainda que subsidiariamente.
- (E) Se um dos filhos de Tício for maior, mas incapaz interditado, a sua quota-parte na obrigação se estende ao seu curador.

QUESTÃO 50

Décio é advogado público da Secretaria de Assistência Social do Município de Alfa.

Simultaneamente ao exercício da função pública, a pessoa jurídica XY consulta Décio quanto à possibilidade de ele patrocinar, como advogado, a propositura de ação de repetição de indébito tributário em face do Município de Alfa.

Não há conflito de interesses específico e nem a potência, no campo da hipótese, de que Décio influa no resultado do julgamento, pois a defesa do Município de Alfa em matéria contenciosa tributária se dá por órgão da Procuradoria do Município distinto daquele em que lotado Décio e sem correlação de atribuições.

Nessa hipótese, considerando o disposto na Lei Federal n. 8.906/1994 – Estatuto da Advocacia, está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) Décio exerce função pública incompatível com o exercício da advocacia, de modo que não pode patrocinar o interesse da pessoa jurídica XY e nem permanecer em sociedade de advogados à qual porventura pertença.
- (B) Décio exerce função pública que implica situações de impedimentos ao exercício da advocacia, de modo que não pode patrocinar o interesse da pessoa jurídica XY em face do Município de Alfa.
- (C) Não havendo conflito de interesses, Décio pode exercer a advocacia e o patrocínio do interesse da pessoa jurídica XY em face do Município de Alfa.
- (D) Não há vedação legal expressa ao patrocínio do interesse da pessoa jurídica XY em face do Município de Alfa por Décio, embora seja recomendável, por incidência de princípios da Administração Pública que devem ser otimizados, que Décio não o faça.
- (E) Décio exerce função pública incompatível com o exercício da advocacia, de modo que não pode patrocinar o interesse da pessoa jurídica XY, mas pode permanecer em sociedade de advogados à qual porventura pertença por ser temporária a causa da incompatibilidade.

PROVA DISCURSIVA
PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

O Deputado Estadual Tício, conhecido por seu ativismo na área de assistência social, apresentou requerimento escrito na Secretaria de Assistência Social do Município de Beta, alegando que estava dando notícia de grave irregularidade atribuível ao órgão gestor em âmbito municipal, pois que haveria precariedade na equipe e no decorrente serviço prestado pelo CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Informa o Deputado que teria promovido visitas ao CREAS e questionários quanto aos serviços disponibilizados, especificamente, por referido órgão, tendo constatado que não atenderiam à íntegra dos serviços especiais que deveriam ser prestados no âmbito do CREAS.

Informou o Deputado que o CREAS deveria ter, atuando exclusivamente para os seus serviços, uma equipe de referência formada, no mínimo, por um coordenador, um assistente social, um psicólogo, um advogado, dois profissionais de nível superior ou médio para abordagem dos usuários e um auxiliar administrativo.

Todavia, das visitas e questionamentos formulados pelo Deputado, teria sido possível constatar que a psicóloga, o advogado e os profissionais de nível superior não seriam de atuação exclusiva do CREAS, mas da Secretaria de Assistência Social no geral e destinavam parte de seu tempo de trabalho a outros serviços e órgãos do sistema municipal de assistência social.

O Deputado também criticou o fato de que os serviços de alta complexidade da assistência social, em especial o de acolhimento institucional para mulheres em situação de violência e para pessoas com deficiência não eram providos pelo CREAS, mas por instâncias diversas da rede municipal de assistência social.

Sustentou, ao fim, que não havia um único processo judicial promovido pelo advogado do CREAS (não exclusivo) em benefício dos usuários da rede ou patrocinando interesses destes hábeis ao fortalecimento de seus laços e estruturas sociais, econômicas ou familiares.

Requeru, então, que tais falhas fossem sanadas, sob pena de os vícios e ilegalidades que descreveu serem noticiados ao Ministério Público e demais órgãos de controle interno e externo.

Diante desse contexto, o órgão gestor do sistema de assistência social municipal lhe provoca, advogado público lotado na Secretaria de Assistência Social, formulando os seguintes questionamentos para que sejam respondidos por meio de parecer jurídico:

- a) o requerimento administrativo formulado pelo Deputado Estadual deve ser recebido e conhecido, ainda que não se trate de parlamentar municipal?
- b) Considerando que os serviços disponibilizados e prestados, especificamente, pelo CREAS, estão sendo integralmente executados, é irregular que os servidores vinculados à rede municipal de assistência social atendam mais do que um órgão ou unidade de atendimento? Considere que para o psicólogo, advogado e profissionais de nível superior não há demanda de serviço para a sua dedicação exclusiva ao CREAS, sendo que, a título de exemplo, há apenas dois adolescentes no Município em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida, os quais estão sob monitoramento e planos individuais de atendimento regularmente realizados e cumpridos.
- c) Os serviços de acolhimento institucional em questão devem ser vinculados e prestados pelo CREAS?
- d) Há alguma diretriz, correção ou sindicância a ser realizada em face do advogado que presta serviços no CREAS?

Na condição de advogado da Secretaria de Assistência Social, elabore o parecer, sob as diretrizes e contexto do enunciado, respondendo, objetiva e fundamentadamente, os quesitos formulados.

Considerando o enunciado estabelecido e o descrito no Capítulo 12 do Edital, elabore uma peça prática-profissional que será um Parecer Jurídico manuscrita, com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 120 (cento e vinte) linhas. A Prova Discursiva deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

Atenção! A presente folha trata-se de rascunho. A redação deverá ser elaborada na folha de texto definitiva, entregue pelo Fiscal de Sala.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	

28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	

63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	

98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

